

# Executivo prepara emenda para adequar Orçamento à nova Constituição

por Thais Bastos  
de Brasília

O Executivo prepara mensagem a ser enviada ao Congresso Nacional adequando o projeto de Orçamento da União para 1989 ao disposto na nova Constituição.

Conforme explicou a este jornal o secretário de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento (Seplan), José de Barros Ribas Neto, a mensagem será composta de duas partes. Uma delas tratará da realocação de recursos dentro do orçamento obedecendo a alguns dispositivos constitucionais, confirmados após a elaboração do projeto de lei orçamentária, como as novas finalidades dos recursos do PIS/Pasep e Finsocial. A outra se reportará a mudanças administrativas, que não implicam aumentos de despesas, como a formação do Ministério do Bem-Estar Social, criado a partir da junção do Ministério da Habitação e Urbanismo, Secretaria Especial de Ação Comunitária (Seac), Legião Brasileira de Assistência (LBA) e Funabem.

A polêmica questão da rolagem da dívida dos estados e municípios, segundo Ribas Neto, não está prevista para ser incluída na mensagem. Ele admitiu, entretanto, que a negociação entre o Executivo — que projetou no orçamento o pagamento de 25% da dívida total dos estados em 1989 — e os governadores, passando pela mediação do Congresso, não está fechada.

## RECURSOS DO PIS/PASEP

Os recursos do Programa de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), até hoje destinados a obras sociais básicas como habitação e saneamento, passam, conforme disposto no artigo 239 da nova Carta, a financiar o programa de seguro-desemprego e o abono (introduzido pela Constituinte) de um salário mínimo anual a todo empregado do setor privado ou público que recebe como renda mensal valor inferior a dois salários mínimos.

O artigo dispõe ainda que pelo menos 40% dessas arrecadações serão destinados a financiar programas de desenvolvimento econômico através do BNDES.

O coordenador da área

de PIS/Pasep no ministério da Fazenda, José Lino, estima uma arrecadação de cerca de CZ\$ 800 bilhões entre julho de 1988 e junho de 1989 proveniente do PIS/Pasep. Em 1987 este volume foi de CZ\$ 188 bilhões quando os gastos do governo com o seguro-desemprego somaram CZ\$ 18 bilhões.

Amélia Sasaki, coordenadora do programa, acredita que uma vez definidos recursos próprios para o seguro-desemprego, ele poderá crescer. Atualmente, cerca de 120 mil desempregados (que representa 20% do total dispensado) recebem mensalmente o benefício, dos quais 70% são aprovados. O valor médio do benefício tem oscilado por volta de 1,5 salário mínimo de referência. Na legislação complementar necessária à regulamentação do funcionamento do seguro-desemprego a partir da nova Constituição, o Congresso deverá optar por aumentar a abrangência do seguro, através de uma redução dos pré-requisitos hoje exigidos para a solicitação do trabalhador, ou por elevar os valores das mensalidades.

## FINSOCIAL PARA SEGURIDADE

Quanto ao Finsocial, cujos recursos provenientes de 0,5% de taxa sobre o faturamento das empresas eram destinados ao financiamento de projetos de desenvolvimento econômico via BNDES — e entre agosto e dezembro deste ano, conforme Decreto-Lei Nº 2.463 foi acrescido para 0,6% destinando-se o diferencial para programas de reforma agrária — passa a financiar, pelo disposto na Constituição, a seguridade social.

Ribas Neto explicou que em face da inexistência de legislação complementar previdenciária, os recursos previstos no orçamento de 1989 em CZ\$ 367,4 bilhões (a preços de junho) serão alocados, via mensagem do Executivo, ao Congresso, nos itens que a Seplan entender ser o acertado, prevista posterior revisão.

O secretário de Orçamento e Finanças da Seplan disse ainda à editora Jurema Baesse que a mensagem transferiria recursos previstos como reservas no item encargos gerais da União para os fundos de participação dos estados e municípios, relativos às alterações tributárias aprovadas na nova Carta.